



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020**  
**PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2020 – SRP**

Aos 21 dias do mês de agosto de 2020, a Prefeitura Municipal de Amarante - PI, localizada na Praça Quincas Castro, 15, Centro, Amarante-PI, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 045/2013 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 008/2020, consoante consta do Processo nº 001.000308.004/2020 RESOLVE Contratação de empresa especializada na aquisição de EPI's para o auxílio no combate à pandemia decorrente da COVID-19, conforme especificação constante no termo de referência (anexo I), observada as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, a especificação, o preço, os quantitativos e o fornecedor classificado na licitação supracitada, constituindo-se esta Ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da legislação que rege a matéria.:

**1.1 DO OBJETO**

**1.2** Registro de preços para aquisição de aquisição de EPI's para o auxílio no combate à pandemia decorrente da COVID-19.

**1.3** As quantidades constantes do Anexo I do edital são estimativas, não obrigando o Município à contratação.

**1.4** O Município poderá, por meio do setor de Compras e Administração, contratar o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento da detentora e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

**1.5** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, sendo contado a partir da data de sua assinatura.

**2.1 DO PREÇO**

**2.2** Os preços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela detentora, devidamente atestada.

**2.3** Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

**3.1 DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA**

**3.2** A administração desta Ata de Registro de Preços caberá à Secretaria Municipal de Administração. O (s) responsável (eis) pelo acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e pelo atesto da (s) Nota (s) Fiscal (is) será (ão) Adriano da Guia da Silva, devendo cumprir as disposições contidas nos termos da lei.

**3.3** Caberá à secretaria responsável pela administração da Ata de Registro de Preços, por intermédio do Fiscal, providenciar a publicação trimestral dos preços registrados, para orientação da Administração Municipal, além de encaminhar cópia da publicação ao Departamento de Gestão de Compras e Administração para que seja anexada ao respectivo processo.



#### **4.1 DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**4.2** Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

**4.2.1** Pelo Município, quando:

- I - A detentora descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - A detentora não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III - A detentora der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- IV - Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- V - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e não houver acordo quanto à sua atualização;
- VI - Por razões de interesse público devidamente fundamentado.

**4.2.2** Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I - Os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto à sua atualização;
- II - Comprovar a impossibilidade de executá-la.

**4.3** Nas hipóteses previstas no subitem 4.1.1 a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Órgão Oficial do Município, juntando-se o comprovante ao processo que deu origem ao registro.

**4.4** A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro de preços através de requerimento a ser protocolado na Prefeitura Municipal de Amarante - PI, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h30min

**4.5** Caso não se verifique fundamentação em sua solicitação a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, conforme o caso, bem como aquelas dispostas no respectivo instrumento convocatório.

**4.6** Cancelada a ata em relação à detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para efetuar o fornecimento, nos termos de sua proposta.

**4.7** Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo Município, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

**4.8** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Órgão Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

#### **5.1 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**5.2** A detentora deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I - "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução de contrato;
- II - "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;
- III - "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV - "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE**  
Praça Quincas Castro, 15 – Centro  
CNPJ Nº 06.554.802/0001-20

ou afetar a execução do contrato;

V - "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

5.2.1 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

5.2.2 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### 6.1 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.2 Além do que consta desta Ata deve também ser considerado, para efeitos legais e jurídicos, o contido no Edital do Certame Licitatório e seus Anexos.

6.3 Fica eleito o foro da Comarca de Amarante - PI, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

6.4 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n.º 8.666/93, alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Amarante-PI, 21 de AGOSTO de 2020.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE

  
GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ITENS REGISTRADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VENCEDOR	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	Dieta nutricional completa para nutrição enteral ou oral. Indicado para crianças de 1 a 10 anos. Densidade calórica: 1,0 Kcal/ml. Proteína: 31g/l (12%). Carboidrato: 129,5g/l (53%). Lipídios: 39g/l (35%). Sabor baunilha. APRESENTAÇÃO : Lata	450 UN	MARIA LIDUINA SOARES GONÇALVES ME	40,00	18.000,0



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE**  
Praça Quincas Castro, 15 – Centro  
CNPJ Nº 06.554.802/0001-20

	de no mínimo 380g				
02	Sonda para Aspiração Traqueal nº 08.	500 UN	MARIA LIDUINA SOARES GONÇALVES ME	3,65	1.825,00
03	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM FILTRO- BIOQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM FILTRO DE AR.	800 UN	CARMELINA REP E COM. DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E HOSPITALAR	1,48	1.184,00
04	Leite de soja (100% a base de soja)-apresentado, lata de no mínimo 380g	300 UN	MARIA LIDUINA SOARES GONÇALVES ME	35,90	10.770,00
05	Dieta nutricionalmente completa para nutrição enteral ou oral. Indicado para crianças de 1 até 10 anos. Densidade calórica: 1,0 Kcal/ml. Proteína: 31 g/l (12%). Carboidrato: 129,5g/l (53%). Lipídios: 39g/l (35%). SABOR: Chocolate. APRESENTAÇÃO: Lata de no mínimo 380g.	100 UN	MARIA LIDUINA SOARES GONÇALVES ME	64,50	6.450,00
06	Dieta nutricionalmente completa para nutrição enteral ou oral. Fórmula infantil em pó com soja, fonte de ferro, zinco, cálcio, iodo, manganês, vitaminas A, B2, B12, B5, E e k. Isenta de lactose e proteínas lácteas.	300 UN	CARMELINA REP E COM. DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E HOSPITALAR	5,76	1.728,00

EMPRESAS:

  
MARIA LIDUINA SOARES GONÇALVES ME – CNPJ 00.832.745/0001-17  
RUA 24 DE JANEIRO, 288, CENTRO-SUL, TERESINA-PI

CARMELINA REP. E COM. DE  
ARTIGOS DE ESC. E HOSP. EIRELI-ME  
CNPJ: 28.629.591/0001-80  
*Carmelina Apolonio*  
Carmelina Apolonio  
Administradora Titular

CARMELINA  
APOLONIO:  
49682288304

Assinado digitalmente por CARMELINA APOLONIO.49682288304  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTi, OU=AC SOLUTi Multiple, OU=20781710000103, OU=Certificado PF A1, CN=CARMELINA APOLONIO.49682288304  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: Teresina(PI)  
Data: 2020-09-21 14:57:21  
Font: PhantomPDF Versão: 9.0.0

CARMELINA REP E COM. DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E HOSPITALAR – CNPJ: 28.629.591/0001-80  
RUA PADRE CLAUDIO MELO, 4741, BRASILAR, TERESINA-PI